

1 **ATA DA 465ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA DOIS DE AGOSTO DE**
3 **DOIS MIL E DEZOITO, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos dois dias de agosto de dois mil e dezoito, às quinze horas, no Auditório menor da AMMVI, em
5 Blumenau/SC, realizou-se a quadringentésima sexagésima quinta Assembleia Geral Ordinária da
6 Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade
7 e prefeito de Benedito Novo, senhor Jean Michel Grundmann e secretariada por mim, Giovana Peron.
8 A assembleia contou com a presença do senhor José Gerson Gonçalves, prefeito do município de
9 Apiúna; senhor Lairton Antônio Possamai, prefeito do município de Acurra; senhor Jean Michel
10 Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo; senhor Mário Hildebrandt, prefeito do
11 município de Blumenau; senhor José Luiz Colombi, prefeito do município de Botuverá; senhora
12 Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do município de Doutor Pedrinho; senhor Kleber Edson Wan-
13 Dall, prefeito do município de Gaspar; senhor Matias Kohler, prefeito do município de Guabiruba;
14 senhor André Luiz Moser, prefeito do município de Indaial; senhor Êrcio Kriek, prefeito do município
15 de Pomerode; senhor Marildo Domingos Felippi, prefeito do município de Rio dos Cedros; senhor
16 Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó; senhor José Rafael Corrêa, secretário
17 executivo da AMMVI, além de demais interessados, conforme registro de presença. Declarando
18 aberta a assembleia, o presidente agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário,
19 deu início à reunião. Inicialmente, o presidente ressaltou a importância deste dia, em que a Associação
20 completa quarenta e nove anos de história, e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do
21 Itajaí (CISAMVI) comemora vinte anos. Em seguida determinou a leitura da Ordem do Dia, assim
22 composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Aprovação da ata da Assembleia
23 Extraordinária de vinte e nove de maio de dois mil e dezoito; 3 - Diagnóstico "Serviços de
24 acolhimento institucional e familiar na região da AMMVI"; 4 - Região Metropolitana; 5 -
25 Saneamento básico; 6 - Eleições 2018; 7 - Campanha da Confederação Nacional dos Municípios
26 (CNM) "Julgue os Royalties, Supremo". Mobilização sete e oito de agosto; 8 - Assuntos gerais; 9 -
27 Termo de Cooperação com a Prefeitura de Blumenau para uso de softwares; 10 - Lançamento do selo
28 de 50 anos da AMMVI. Na sequência, o presidente apresentou o item um, confirmou o recebimento
29 antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação por correio eletrônico e, não
30 havendo manifestações contrárias, esta foi aprovada por unanimidade. No item dois, também foi
31 confirmado o recebimento da ata via correio eletrônico, e esta também foi aprovada por unanimidade.
32 Passando ao item três, o presidente Jean Michel Grundmann informou que, conforme solicitado, foi
33 feito o levantamento de vagas dos abrigos institucionais, e que estes dados serão apresentados aos
34 representantes do Ministério Público das comarcas da região, buscando uma padronização regional
35 no entendimento jurídico acerca desta questão. Tomando a palavra, o senhor José Rafael Corrêa
36 apresentou os dados obtidos, enfatizando que foi feita a verificação por cada comarca e sua respectiva
37 população, utilizando como base populacional a estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e
38 Estatística (IBGE) de dois mil e dezessete. Ressaltou que se dividiu a análise desta forma para que
39 fosse possível comparar os dados de cada município, como quantas vagas há por comarca. Citou que
40 há doze instituições que atendem os municípios atualmente, sendo oito da região da AMMVI e quatro
41 de outras regiões. Em seguida, apresentou a capacidade de atendimento total destas entidades, e
42 quantas vagas são compradas pelos municípios da região. Também demonstrou os dados separados
43 por comarca, onde constava o número de vagas existentes, as vagas ocupadas, bem como as vagas
44 que são pagas e não estão sendo ocupadas pelos municípios, apresentando, sucessivamente, os dados
45 das Comarcas de Timbó, Indaial, Gaspar, Brusque, e Blumenau, e salientou que neste último
46 município, como há a questão da intervenção judicial que está ocorrendo atualmente na entidade do
47 município, as vagas não podem ser levadas em consideração. Comentou ainda que foi feito um mapa
48 com as distâncias entre os municípios e os abrigos, e que este cenário é animador, pois verifica-se

49 que há vagas na região. Também apresentou os dados do Programa Família Acolhedora, que já está
50 implantado em alguns municípios, e alguns promotores públicos dão preferência a esta forma de
51 acolhimento. Citou ainda que nesta apresentação está contemplado apenas o acolhimento de crianças
52 e adolescentes até dezoito anos, mas que, posteriormente, também deve-se analisar a questão de
53 mulheres, idosos, entre outros. Em seguida, sugeriu agendar uma reunião com os técnicos das
54 prefeituras para apresentar estes dados. Tomando a palavra, o prefeito Jean Michel Grundmann
55 comentou que podem haver questionamentos acerca da questão da jurisdição, de qual fórum as
56 crianças e os adolescentes ficarão sob responsabilidade, pois a família poderá estar em uma comarca
57 e o acolhido em outra. Tomando a palavra, o prefeito Ércio Kriek informou que a responsabilidade é
58 do município de origem, mesmo que o acolhido vá para outra comarca, e o presidente da AMMVI
59 salientou que isto precisará ficar definido. Com a palavra novamente, o prefeito Ércio Kriek sugeriu
60 ainda que se agende uma reunião com todos os juízes e promotores públicos da área da infância das
61 comarcas da região, para apresentar os dados obtidos com este diagnóstico. Tomando a palavra, o
62 prefeito Mário Hildebrandt reiterou o que foi dito pelo prefeito de Pomerode, e até citou a
63 possibilidade de no próximo ano, após a finalização da intervenção judicial na entidade do município,
64 Blumenau também ceder vagas aos outros municípios. Quanto à responsabilidade sobre a criança ou
65 adolescente que é abrigado em outra comarca, informou que esta cabe ao município de origem, mas
66 que o juiz da comarca onde é o abrigo deve ser comunicado sobre o convênio, para que assim possa
67 fazer um acompanhamento e informar o município de origem se houver algum problema. Por fim, o
68 prefeito Jean Michel Grundmann informou que a apresentação será encaminhada a todos os prefeitos
69 e que a reunião com os juízes e promotores públicos das comarcas será agendada o quanto antes.
70 Tomando a palavra, o senhor José Rafael Corrêa questionou se esta reunião pode ser realizada na
71 AMMVI, com a presença dos juízes e promotores públicos de todas as comarcas da região, bem como
72 prefeitos e servidores da área da Assistência Social dos municípios, ao qual os prefeitos concordaram.
73 Em seguida, informou que verificará uma data para esta reunião o mais breve possível. Dando
74 continuidade à pauta do dia, no item quatro, o prefeito Jean Michel Grundmann informou que foi
75 realizada, no início da tarde do dia de hoje, uma reunião acerca da região metropolitana do Médio
76 Vale do Itajaí, onde ficou definido que cada município que faz parte do núcleo da região
77 metropolitana atualmente, indicará um servidor para formar um grupo de trabalho para discutir mais
78 detalhes acerca desta questão, principalmente destacar os pontos positivos e negativos da região
79 metropolitana efetivada. Tomando a palavra, o prefeito Mário Hildebrandt citou que há uma
80 legislação federal que fala dos municípios conurbados e que ela foi levada em consideração para a
81 região metropolitana de Florianópolis. Citou ainda que no caso de nossa região, incluem-se os
82 municípios de Blumenau, Gaspar, Pomerode, Indaial e Timbó, e que a perspectiva desejada é que
83 neste grupo de trabalho, juntamente com a AMMVI, faça-se um diagnóstico desta questão até
84 novembro para que se verifique o que é vantajoso ou não, para que os municípios decidam ao final
85 se vale a pena ou não implementar a região metropolitana, e que após as eleições se possa discutir
86 com os novos governantes o que ficar definido. Comentou ainda que os municípios foram definidos
87 devido à conurbação e também devido à condição de terem mais servidores em comparação aos
88 municípios menores, pois assim não se prejudica o quadro funcional das prefeituras. Tomando a
89 palavra novamente, o presidente da AMMVI solicitou que sejam indicados os servidores para o grupo
90 de trabalho até o dia nove de agosto, para posteriormente agendar reuniões e dar andamento aos
91 trabalhos. Passando ao item cinco da pauta, o prefeito Jean Michel Grundmann informou que
92 concedeu algumas entrevistas em rádios acerca do trabalho feito pela Assessoria de Saneamento e
93 Meio Ambiente da AMMVI, principalmente acerca do diagnóstico de fossa e filtro realizado nos
94 municípios, a fim de deixar a população a par das ações realizadas pela Associação. Em seguida
95 passou a palavra ao senhor José Rafael Corrêa, o qual informou que o setor está trabalhando na revisão
96 dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), que alguns municípios já estão avançando

97 nesta questão, como Doutor Pedrinho, e que este trabalho deve ser feito com muita atenção, pois o
98 que estiver no Plano tem que ser cumprido posteriormente, então devem ser metas plausíveis.
99 Comentou ainda sua preocupação com o estudo realizado pela Companhia de Pesquisa de Recursos
100 Minerais (CPRM) em parceria com a Defesa Civil Estadual, acerca das áreas de risco de deslizamento
101 de encostas e suscetibilidade de enchentes, onde o diagnóstico dos municípios da região não condiz
102 com a realidade, e que isto deve ser contestado. Tomando a palavra, o prefeito José Luiz Colombi
103 citou que, em conversa com o coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do
104 Ministério Público de Santa Catarina (PMSC), promotor de justiça Paulo Antônio Locatelli, e com o
105 promotor de justiça Rodrigo Cunha Amorim, da Comarca de Brusque, foi falado que há um projeto
106 de lei para mudança do Código Florestal, onde os municípios teriam autonomia para definir as
107 questões ambientais locais, e questionou se há alguma informação oficial a respeito disso. Tomando
108 a palavra, o senhor José Rafael Corrêa informou que há vários projetos tramitando acerca deste tema,
109 há idas e vindas no andamento, porém não se pode aguardar uma definição disto para avançar com
110 os trabalhos. Salientou ainda que, caso haja aprovação e o município tenha autonomia, ainda assim
111 haverá cobranças, os municípios precisarão regulamentar esta questão, e para isso precisarão ter dados
112 e o diagnóstico poderá ser usado neste caso. Tratando-se do item seis, ainda com a palavra, o senhor
113 José Rafael Corrêa citou os cuidados que devem ser tomados pelos prefeitos durante o período
114 eleitoral, como inaugurações de obras, adesivos, siglas, slogans, entre outros. Na sequência, foi dada
115 a palavra ao senhor Luiz Claudio Kades, assessor jurídico da AMMVI, que sugeriu a elaboração de
116 um decreto, conforme já feito nas eleições de dois mil e dezesseis, com um manual de comportamento
117 dos agentes públicos, para que se tenha segurança jurídica caso algum servidor crie embaraços
118 envolvendo a questão eleitoral, pois o município teria esta salvaguarda e a pessoa deveria assumir
119 total responsabilidade. Informou que a minuta do decreto será encaminhada aos municípios e citou
120 que, mesmo sendo uma eleição nos âmbitos estadual e federal, há algumas regras aplicáveis ao
121 município e a principal delas está na Lei das Eleições, onde é abordada a questão da distribuição
122 gratuita de bens e valores no ano da eleição. Porém, ressaltou que doações e repasses rotineiros, que
123 são feitos todo ano como, por exemplo, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
124 (APAE) podem ser mantidos. Informou ainda que esta e outras instruções estão presentes em nota
125 técnica da Federação Catarinense de Municípios (FECAM), que foi entregue na pasta de cada
126 prefeito. Tomando a palavra, o prefeito José Luiz Colombi questionou se veículos com adesivos da
127 logomarca do governo devem ser retirados, e o prefeito André Luiz Moser perguntou se podem ser
128 assinadas ordens de serviço oriundas de programas que envolvem, por exemplo, o Banco Regional
129 de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Com a palavra novamente, o assessor jurídico da
130 AMMVI explicou que, segundo a lei, pode-se inclusive fazer cerimônia de inauguração de obras
131 públicas, contanto que não haja presença nem menção de candidatos a cargos políticos, e que há
132 punição para os agentes públicos que fizerem isto. Quanto a questão dos adesivos em veículos,
133 informou que a lei diz que não pode haver nada associado a algum candidato ou gestão. Tomando a
134 palavra, o prefeito Ércio Kriek informou que foi recebida instrução em outra eleição para retirar placas
135 ou adesivos com slogans e/ou frases do governo, e o senhor José Rafael Corrêa sugeriu retirar todos
136 os adesivos para evitar problemas. Tomando a palavra, o prefeito André Luiz Moser questionou se a
137 questão dos repasses para instituições vale a partir de primeiro de janeiro, e o senhor Luiz Claudio
138 Kades informou que sim, mas reiterou que se for algo frequente, não há problemas. O prefeito Kleber
139 Edson Wan-Dall complementou que recebeu orientação de que até se pode fazer processo licitatório,
140 porém não se pode iniciar obras, ao qual o prefeito André Luiz Moser informou que a empreiteira
141 pode dar início aos trabalhos. Em seguida, o prefeito Marildo Domingos Felippi questionou como
142 proceder com relação a informativos do município, notícias sobre obras no site e redes sociais da
143 prefeitura, quais cuidados devem ser tomados, e o senhor Luiz Claudio Kades explicou que não há
144 vedação de atos administrativos, e que as divulgações já feitas comumente podem continuar, porém

145 não se deve promover autoridades ou candidatos políticos. Na sequência, o senhor José Rafael Corrêa
146 sugeriu iniciar um trabalho de preparação para as próximas eleições no ano que vem, pois há
147 proibições que começam a valer desde primeiro de janeiro, existe a publicidade feita, entre outras
148 questões que devem ser alertadas com antecedência para evitar problemas. O prefeito André Luiz
149 Moser citou que o maior cuidado que se deve ter é de não citar o nome de autoridades ou candidatos
150 políticos em notícias ou eventos, e o senhor Luiz Claudio Kades complementou que, segundo a lei,
151 deve-se evitar condutas que possam afetar a igualdade no período eleitoral ou beneficiar eventuais
152 candidatos. Dando seguimento aos trabalhos, no item sete, o prefeito Jean Michel Grundmann
153 informou que todos os prefeitos receberam em suas pastas o abaixo-assinado feito pela CNM para a
154 campanha "Julgue os Royalties, Supremo", e solicitou que sejam recolhidas as assinaturas nos
155 municípios, pois o valor a ser repassado para as prefeituras é alto e que se deve fazer pressão ao
156 judiciário para que julgue esta questão logo, assim os municípios terão seu direito reconhecido e
157 poderão receber o que é devido. A prefeita Simoni Mercia Mesch Nones comentou que na última
158 Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios já havia sido feito um abaixo-assinado, e questionou se
160 e agora a população dos municípios deve assinar; a prefeita de Doutor Pedrinho falou que naquela
161 ocasião também já tinha assinaturas dos munícipes, mas que pode solicitar novas assinaturas. O
162 senhor José Rafael Corrêa informou que se algum outro prefeito já tiver feito o abaixo-assinado, pode
163 coletar mais assinaturas, pois a CNM quer reunir o maior número de assinaturas possível, tendo em
164 vista os altos valores que são devidos e que já poderiam estar sendo depositados pela União aos
165 municípios. Tomando a palavra, o prefeito Mário Hildebrandt questionou se o valor devido era anual,
166 e o senhor José Rafael Corrêa informou que não, que este valor é o acumulado. O senhor José Rafael
167 Corrêa ainda complementou que nos dias sete e oito de agosto, a CNM vai realizar uma mobilização
168 em Brasília, em que este tema também será abordado, e que seria interessante a presença dos prefeitos
169 caso estejam lá na ocasião. Também citou que pode ser feito um ofício apoiando o evento e as causas
170 defendidas. Tomando a palavra, o prefeito Jean Michel Grundmann questionou qual o prazo para
171 devolver o abaixo-assinado, ao qual o senhor José Rafael Corrêa informou que é dia três de setembro.
172 Já no item oito, o prefeito Jean Michel Grundmann informou acerca da reunião realizada em
173 Florianópolis com o superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de
174 Transportes (DNIT), senhor Ronaldo Carioni Barbosa, onde trataram sobre as obras de duplicação da
176 BR-470, citando que, dos R\$113.000.000,00 (cento e treze milhões de reais) em emendas
177 parlamentares destinados ao estado, já foram liberados R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)
178 para a BR-470, e serão aplicados nos pagamentos até o mês de setembro. Citou ainda que existe a
179 possibilidade de se obter mais R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) destas emendas, que se busca
180 recuperar valores de corte feito no orçamento, e que com isso seria possível manter as obras dos lotes
181 um e dois até final deste ano. Já os lotes três e quatro possuem recursos para manter as obras em
182 andamento até o próximo ano e o projeto do viaduto do Badenfurt está sendo modificado devido a
183 pedidos da comunidade e empresários da região. Citou também a importância de conseguir manter o
184 orçamento para o próximo ano, pois se as empreiteiras demoram para iniciar os trabalhos, as verbas
185 acabam sendo destinadas para outros locais. Também abordou a Ferrovia da Integração, e comentou
186 que o DNIT reiterou que os projetos estão com a empresa Valec. Informou ainda acerca da reunião
187 com o secretário de Estado da Agricultura, senhor Airton Spies, em que estavam presentes o
188 presidente da AMMVI, Jean Michel Grundmann, a equipe técnica da entidade, representantes do
189 município de Blumenau e técnicos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa
190 Catarina (Epagri). Nessa reunião foi entregue um ofício em que reivindica a aprovação do
191 Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade (RTIQ) do queijo kochkäse, o qual, após essa
192 aprovação regularizará a comercialização do queijo. A reunião foi positiva, uma vez que o secretário
prometeu dar andamento ao pedido e convidar a Associação e os demais técnicos para discutirem a

193 respeito do regulamento junto com os técnicos da Secretaria. Foi entregue também outro ofício na
194 mesma reunião sobre a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), a qual é obrigatória para que os
195 agricultores tenham acesso ao calcário. Nesse ofício solicitou-se flexibilização da solicitação da DAP
196 e sugeriu-se um novo regramento alternativo, pois em nossa região o trabalho em regime parcial é
197 uma realidade nas propriedades rurais, o que torna a exigência da DAP um problema. Algumas vezes,
198 a renda de fora da propriedade supera 50% da renda familiar, o que os deixam fora das normas para
199 obtenção da DAP. Em seguida passou a palavra ao senhor José Rafael Corrêa, que lembrou acerca
200 da audiência pública que será realizada em Florianópolis, no dia oito de agosto, onde será apresentado
201 o projeto inicial do Sistema Integrado de Gestão (SIG) do Tribunal de Contas do Estado de Santa
202 Catarina (TCE/SC). Lembrou que no ano passado o TCE/SC já havia demonstrado a intenção de
203 criar um sistema e isto havia sido discutido com os prefeitos. Destacou que o sistema envolve a parte
204 de contabilidade, orçamento e gestão financeira, bem como recursos humanos e tributário. Ressaltou
205 a importância da participação dos prefeitos e servidores municipais no evento, que será realizado na
206 Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC). Na sequência, o prefeito Jean Michel
207 Grundmann informou que a AMMVI está concorrendo ao Prêmio Boas Práticas em Gestão Pública
208 da UDESC/Esag, sendo finalista com três projetos nas áreas de cultura, saneamento básico e
209 transparência. Informou ainda que os itens nove e dez da pauta serão abordados na sequência,
210 juntamente com a comemoração de vinte anos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale
211 do Itajaí (CISAMVI), e convidou a todos para se dirigem ao auditório ao lado, momento em que foi
212 apresentado aos convidados o selo dos cinquenta anos da AMMVI, e que o senhor Jean Michel
213 Grundmann salientou e agradeceu o trabalho feito pela Associação nestes quarenta e nove anos de
214 história, sendo uma entidade que sempre busca assessorar e defender os interesses dos municípios
215 associados. Na sequência, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica entre a AMMVI e a
216 Prefeitura de Blumenau, que tem como finalidade a cedência do direito de uso do sistema de
217 gerenciamento de projetos públicos da Prefeitura de Blumenau, e cooperação técnica bilateral quanto
218 às melhores práticas de gestão de projetos. Com a palavra, o senhor Mário Hildebrandt, prefeito de
219 Blumenau, ainda se colocou à disposição para efetuar novas parcerias, e comentou acerca da
220 importância de haver esta troca de informações e experiências entre os municípios. Nada mais
221 havendo a tratar, a assembleia foi encerrada. E para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata
222 que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário
executivo da AMMVI.

Jean Michel Grundmann
Presidente
Prefeito de Benedito Novo

José Rafael Corrêa
Secretário Executivo

Giovana Peron
Giovana Peron
Secretária Executiva